



CONSULTA PÚBLICA Nº 08/2018

Formulário de comentários e sugestões

Instruções para preenchimento do formulário:

1. No campo Documento, deve ser especificado o instrumento licitatório para o qual está sendo sugerida modificação. Neste campo, deve-se digitar apenas pré-edital ou minuta do contrato;
2. No campo Natureza da sugestão, deve ser indicado se a sugestão proposta é de Inclusão, Alteração ou Exclusão;
3. No campo Item, deve ser discriminado o item do pré-edital, ou a cláusula da minuta do contrato, ou, ainda, o anexo para o qual está sendo sugerida modificação. Neste campo, deve-se digitar apenas o número do item ou o número da cláusula, sem detalhar o seu título. No caso de sugestão à anexo, deve-se incluir o número do anexo e o número do item objeto da sugestão, caso existente. Caso a sugestão seja de Inclusão, deve-se especificar o número que o item ou a cláusula teria caso a sugestão fosse acatada pela ANP;
4. No campo Proposta de alteração, deve ser redigida a redação proposta para o item, em sua versão final. Não se deve usar texto tachado, negrito, sublinhado ou destacado em cores. Caso a sugestão seja de Exclusão, deve-se deixar o campo em branco;
5. No campo Justificativa, deve ser descrita a justificativa para a sugestão proposta.

Exemplo de preenchimento do formulário de comentários e sugestões:

Documento	Natureza da sugestão	Item	Proposta de alteração	Justificativa
Minuta do contrato	Alteração	Anexo II – 3.2.1	Texto proposto.	Justificativa.
Pré-edital	Exclusão	1.4.3		Justificativa

Instruções para envio do formulário:

Após o preenchimento deste formulário, remeta-o à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) até **o dia 28 de maio de 2018** pelo e-mail rodadas@anp.gov.br. A utilização deste formulário é obrigatória. Não serão aceitas sugestões e comentários fora do padrão deste formulário.

FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 08/2018

Documento	Natureza da sugestão	Item	Proposta de alteração	Justificativa
Pré- edital	Inclusão	1.3, nova alínea “e”	aprovação da inscrição	Importante deixar expresso no edital que a aprovação da inscrição pela CEL deve ocorrer antes do aporte das garantias de oferta.
Pré- edital	Inclusão	1.3, nova alínea “g”	Aprovação da garantia de oferta acompanhada da declaração de interesse e início do primeiro ciclo de oferta permanente.	Entre a apresentação da garantia e a sessão de apresentação de ofertas, entende-se que a CEL aprovará a garantia apresentada e definirá a data da sessão de apresentação de ofertas.

Pré- edital	Alteração	1.5. a)	Após apresentação de declaração de interesse por determinado setor, não apresentar proposta para ao menos um bloco integrante do respectivo setor;	Considerando que a declaração de interesse é por setor e que a garantia de oferta é por bloco, deve ser possibilitado aos licitantes apresentar garantia em valor superior ao bloco para o qual será efetivamente apresentada oferta, devendo o valor remanescente da garantia ser devolvido ao licitante nos prazos previstos no Edital. Como o setor será necessariamente divulgado, é fundamental no mínimo garantir a confidencialidade em relação ao bloco de interesse. Isto também é importante para a competitividade da licitação.
	Alteração	4.4	Será considerada inscrita para quaisquer dos ciclos de Oferta Permanente a licitante que tiver sua solicitação de inscrição julgada e aprovada pela CEL.	Objetivo de esclarecer que uma vez feita a inscrição a mesma será válida para quaisquer dos ciclos das Ofertas Permanentes.
Pré- edital	Alteração	6.2, 2º parágrafo.	Em caso de prorrogação da data de assinatura dos contratos de concessão que tenha sido requerida pelas licitantes com ofertas válidas, as mesmas serão convocadas para renovar suas garantias de oferta, caso aplicável.	Caso haja a postergação da data de assinatura dos Contratos de Concessão, sem definição de data, e por circunstâncias alheias à vontade e ao controle dos licitantes vencedores, o IBP entende que não é razoável exigir que os mesmos tenham o ônus financeiro de renovarem, sucessivamente, por período indefinido, as garantias de oferta. Este é o caso, por exemplo, de eventuais prorrogações em razão de decisões judiciais que impactem a assinatura dos Contratos de Concessão

Pré- edital	Alteração	6.5, h)	<p>nos casos de desclassificação previstos nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e) e (f) da seção 1.5, exceto (i) nas ofertas em consórcio em que as demais consorciadas assumam as responsabilidades das licitantes desclassificadas e (ii) caso apresentada proposta para ao menos um dos blocos integrantes do setor correspondente à declaração de interesse.</p>	<p>Considerando que a declaração de interesse é por setor e que a garantia de oferta é por bloco, deve ser possibilitado aos licitantes apresentar garantia em valor superior ao bloco para o qual será efetivamente apresentada oferta, devendo o valor remanescente da garantia ser devolvido ao licitante nos prazos previstos no Edital. Como o setor será necessariamente divulgado, é fundamental no mínimo garantir a confidencialidade em relação ao bloco de interesse. Isto também é importante para a competitividade da licitação.</p>
Pré- edital	Alteração	10.1.2.3.4, 5º parágrafo	<p>A receita operacional líquida ajustada à base de cálculo será apurada conforme disposições e definições previstas para preenchimento do Demonstrativo de Apuração da Participação Especial (DAPE), conforme arts. 25 e 26 do Decreto nº 2.705/1998, Portaria ANP nº 58/2001 e Resolução ANP nº 12/2014, caso não seja possível determinar objetivamente o preço de venda do gás firmado entre o contratado e terceiros.</p>	<p>De forma alternativa, caso a ANP permaneça na posição de limitar a garantia do total de gás empenhado, deve-se levar em consideração que o <i>“Contrato de Penhor de Gás Natural deverá estar associado a gás monetizável mediante contrato de compra e venda previamente firmado entre o contratado e terceiros”</i>, tornando-se desnecessário o ajuste da receita operacional líquida com base no preço de referência, já que o preço final de venda do gás estará objetivamente determinado no contrato de compra e venda de gás.</p> <p>A inclusão é feita para que o preço de referência seja utilizado tão somente quando não for possível determinar o preço no contrato.</p> <p>Utilizar o preço de referência como parâmetro, na prática, significa reduzir drasticamente o limite de empenho aceito pela ANP.</p> <p>A própria minuta do contrato de penhor de gás trouxe a previsão que na execução da garantia, a ANP receberá os valores relativos ao compromisso de aquisição dos volumes mínimos contratualmente previstos (cláusula <i>“take or pay”</i>) diretamente do interveniente anuente, ou seja, do comprador do gás (cláusula 7.3 do Anexo XXV).</p> <p>Reforçando-se a ideia que a execução da garantia será pautada nos valores envolvidos no contrato de c/v de gás, sendo irrelevante o preço de referência para fins de empenho do gás.</p>

Pré- edital	Alteração	10.1.2.3.4, 6º parágrafo	<p>O limite máximo de empenho aceito pela ANP para os contratos de penhor, considerando inclusive os contratos em vigor, será de 50% da produção anual total de petróleo e gás natural da concessionária no Brasil, aferida pela média dos últimos 12 (doze) meses dos valores constantes do Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural. Quando o contrato de compra e venda previamente firmado entre o contratado e terceiros trazer a previsão de compromisso de retirada pela cláusula <i>take or pay</i>, o limite máximo poderá ser igual ou inferior a limite estabelecido, observando quantidades diárias contratadas (QDC/m3) e quantidades anuais contratadas (QAC/m3).</p>	<p>De forma alternativa, caso a ANP permaneça na posição de limitar a garantia do total de gás empenhado, o limite deve considerar que o Contrato de Penhor de gás associado a monetização, na prática, utiliza a garantia adicional dos recebíveis decorrente do contrato. Assim, a limitação de 50% da produção anual poderá ser bem superior, mitigando-se os riscos da produção e venda, quando o contrato prever o compromisso da cláusula <i>take or pay</i>.</p> <p>Além disso, qualquer redução na produção abaixo da QDC ou não cumprimento do contrato, poderá ser verificado pela ANP pelos BMP, o que poderia ensejar na exigência de reforço de garantia pela agência, conforme o caso.</p> <p>A própria minuta do contrato de penhor de gás trouxe a previsão que na execução da garantia, a ANP receberá os valores relativos ao compromisso de aquisição dos volumes mínimos contratualmente previstos (cláusula “<i>take or pay</i>”) diretamente do interveniente anuente, ou seja, do comprador do gás (cláusula 7.3 do Anexo XXV).</p> <p>Reforçando-se a ideia que é possível, sem riscos, a garantia do penhor em patamar superior a 50%, já que, em caso de inadimplemento, a ANP poderia obter até 100% dos valores referentes da cláusula <i>take or pay</i>, independente da tradição ou venda do bem empenhado.</p>

Pré- edital	Inclusão	11.1, após 2º parágrafo	A previsão contida neste capítulo 11 não se aplica à hipótese de desclassificação da licitante prevista na seção 1.5, “a”, a qual tem como única consequência a execução da garantia, conforme previsto no item 6.5 “h”.	Caso apresentada garantia de oferta e declaração de interesse para determinado Bloco ou Área, o licitante se compromete a apresentar proposta. Mas caso ocorra uma desistência e não seja apresentada a proposta, a consequência é tão somente a execução da garantia.
Pré- edital	Alteração	14.1, 2ª parágrafo, após a 1ª frase.	A ANP poderá suspender a licitação por determinação judicial em razão da concessão de medidas liminares e cautelares ajuizadas por interessados ou por terceiros, assim como por motivos de interesse público, devidamente fundamentados. Neste caso, os efeitos desta suspensão não deverão acarretar ônus aos interesses dos participantes da licitação.	Nas hipóteses de eventuais ações judiciais que ensejem a suspensão da licitação, o IBP os participantes não deveriam suportar ônus adicionais, como, por exemplo, ter a obrigação de renovar sucessivamente, por tempo indeterminado, garantias de oferta.
Pré- edital	Alteração	Anexo XIII, alínea “e”	A aquisição de levantamentos não exclusivos e de levantamentos não exclusivos reprocessados, que tenham sido autorizados pela ANP, poderão ser computadas as UTs, considerando o tempo decorrido entre a data da compra do dado ou a data de compra do dado reprocessado e a conclusão da operação de aquisição ou a data de conclusão do reprocessamento de dados não exclusivos, utilizando-se um fator redutor para a realização do abatimento, conforme condições detalhadas na Tabela 24.	Seria justo e razoável considerar a data de conclusão da atividade em si, para seu abatimento, e não da solicitação relacionada a tal atividade, conforme comentário já apresentado em rodadas anteriores.

Pré- editais	Alteração	Anexo XIII, Nota 1, Tabela 22	<p>Para efeito de cômputo do valor a considerar para cumprimento do Programa Exploratório Mínimo do primeiro período exploratório, o valor das UTs correspondentes ao trabalho exploratório realizado será multiplicado pelo fator redutor da tabela, conforme o tempo decorrido entre a data da compra do dado e a conclusão da operação de aquisição.</p> <p>Para aquisição de levantamentos não exclusivos reprocessados será considerado o tempo decorrido entre a data da compra do dado e a conclusão da operação de reprocessamento de dados não exclusivos.</p>	Vide justificativa acima.
Pré- editais	Inclusão	Anexo XVII, item 2.3	Itens V, VII, VIII e IX: Para fins de pontuação, a licitante deve citar, além das atividades de produção, as atividades de desenvolvimento.	Vide o comentário do item 7.2.1.3
Pré- editais	Alteração	Anexo XXVI, cláusula 2.1	A [inserir a denominação social da licitante], neste ato, dá em primeiro e exclusivo penhor à ANP, em conformidade com os artigos 1.431 a 1.435 e 1.447 a 1.450 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), para o fim de garantir [inserir "parcialmente" ou "totalmente", conforme o caso] as obrigações assumidas no(s) Contrato(s) de Concessão listado(s) no Anexo XX, relativamente aos Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s)	A ANP determina que o penhor seja constituído sobre a totalidade do petróleo produzido de determinado campo ou campos. Desta forma, o IBP entende que não seria razoável que a ANP determine a impossibilidade do Concessionário de instituir penhor sobre parcela excedente, quando o valor do PEM garantido for inferior ao valor da produção. Desta forma, sugerimos que seja incluída cláusula estabelecendo que caso aprovado pela ANP, o Concessionário poderá instituir outro(s) penhor(es) sobre o petróleo, a fim de possibilitar o oferecimento em garantias de parcela do petróleo que não seja necessário para garantia da ANP. Alternativamente, o contrato deve estabelecer de forma objetiva que a garantia é instituída

			<p>nele(s) contido(s), a quantidade de Petróleo extraída do(s) campo(s), a partir do Ponto de Medição, conforme definido no(s) referido(s) Contrato(s) de Concessão, do(s) Campo(s) em Fase de Produção listado(s) no Anexo I deste Contrato de Penhor de Petróleo e Gás Natural (BOE), em quantidade equivalente a/ao [inserir "parte" ou "total", conforme o caso] do valor comprometido no(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s) conforme listado(s) no Anexo II do presente Contrato.</p>	<p>somente sobre parcela do petróleo extraído do Campo equivalente ao valor do PEM a que se destina garantir.</p>
Pré- edital	Alteração	Anexo XXVI, cláusula 2.2	<p>2.2 A [inserir a denominação social da licitante] confirmará, por meio de Boletins Mensais de Medição e do Contrato de compra e venda de gás previamente firmado entre o contratado e terceiros ou do Demonstrativo de Apuração da Participação Especial (DAPE), quando não for possível apurar objetivamente o preço de venda do gás, a Produção de Gás Natural dos campos mencionados no Anexo I, de maneira a manter sempre empenhada quantidade necessária à satisfação integral das obrigações assumidas no presente Contrato em relação ao(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s), no montante definido na Cláusula 9.1.</p>	<p>Alteração da minuta de contrato, considerando as inclusões propostas ao pré-edital item 9.1.2.3, já que o empenho em gás deverá ser precedido de contrato de compra e venda de gás, utilizando-se o preço de referência apenas de forma subsidiária, quando não for possível apurar o preço de venda do gás.</p>

Pré- edital	Alteração	Anexo XXVI, cláusula 3.3	Valor Total Empenhado: valor total do penhor de petróleo e gás natural (BOE) para cada ano, conforme determinado na cláusula 3.1.	Proposta objetiva alinhar a redação com o disposto na cláusula 2.1, que permite que o penhor garanta total ou parcialmente as obrigações do PEM.
Pré- edital	Alteração	Anexo XXVI, cláusula 6.1, alínea “h”	somente irá instituir qualquer outro gravame sobre os bens ora empenhados, mediante aprovação prévia pela ANP.	A ANP determina que o penhor seja constituído sobre a totalidade do petróleo produzido de determinado campo ou campos. Desta forma, o IBP entende que não seria razoável que a ANP determine a impossibilidade do Concessionário de instituir penhor sobre parcela excedente, quando o valor do PEM garantido for inferior ao valor da produção. Desta forma, sugerimos que seja incluída cláusula estabelecendo que caso aprovado pela ANP, o Concessionário poderá instituir outro(s) penhor(es) sobre o petróleo, a fim de possibilitar o oferecimento em garantias de parcela do petróleo que não seja necessário para garantia da ANP. Alternativamente, o contrato deve estabelecer de forma objetiva que a garantia é instituída somente sobre parcela do petróleo extraído do Campo equivalente ao valor do PEM a que se destina garantir.
Pré- edital	Exclusão	Anexo XXVI, cláusula 6.3, alínea “b”		O IBP entende que não seria aplicável que a ANP autorize o Concessionário a cumprir suas obrigações perante terceiros.

Pré- editais	Alteração	Anexo XXVI, cláusula 7.2.1	A ANP poderá, alternativamente, solicitar à empresa que entregue o Petróleo e Gás Natural (BOE) empenhados a terceiros, para que estes pratiquem, em nome da ANP, todos os atos necessários para promover a venda e transferência do Petróleo e Gás Natural empenhados, em quantidade suficiente para cobrir o valor correspondente ao inadimplemento havido, nos limites da garantia aqui constituída.	Para consistência com a cláusula 2.1 acima, que permite que o penhor garanta total ou parcialmente as obrigações do PEM.
Pré- editais	Alteração	Anexo XXVI, cláusula 7.3	Além dos direitos relacionados na legislação concernente à matéria, e dos dispositivos previstos nas Cláusulas Terceira e Sexta deste contrato, poderá a ANP exigir o reforço de garantia caso os bens se deterioresem ou pereçam sem culpa da [inserir o nome da sociedade empresária][inserir a denominação social da licitante].	<p>O IBP propõe o ajuste da redação quanto a danos, por entender que não está claro a quais danos se refere, podendo, portanto, implicar em responsabilidade excessiva ao concessionário, inclusive em relação a danos sobre os quais o concessionário não contribuiu.</p> <p>Quanto à redação que trata de cessão, não nos parece claro a quais direitos ela se refere. Nota-se que o penhor, como um direito real, nos termos da legislação aplicável, não é prejudicado pela cessão dos direitos de propriedade sobre o bem empenhado.</p>
Contrato	Inclusão	Após item 1.2.13	Empresa Brasileira: Organização econômica, devidamente registrada na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, instituída para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, com finalidade lucrativa, constituída sob as leis brasileiras e com sede de sua administração no Brasil. (Art. 60, DL 2.627/40 e Art. 1.126, Lei Nº 10.406/2002). (conforme regulamento ANP 3/2015)	A cláusula vigésima quarta utiliza o termo “Empresa Brasileira” em maiúsculas, portanto deve ser incluída como termo definido.

Contrato	Alteração	1.2.22	<p>Melhores Práticas da Indústria do Petróleo: práticas e procedimentos geralmente empregados na Indústria de Petróleo em todo o mundo, por Operadores prudentes e diligentes, sob condições e circunstâncias semelhantes àquelas experimentadas relativamente a aspecto ou aspectos relevantes das Operações, visando principalmente à garantia de: (a) aplicação das melhores técnicas e procedimentos mundialmente vigentes nas atividades de Exploração e Produção; (b) conservação de recursos petrolíferos e gasíferos, o que implica a utilização de métodos e processos adequados à maximização da recuperação de hidrocarbonetos de forma técnica, econômica e ambientalmente sustentável, com o correspondente controle do declínio de reservas, e à minimização das perdas na superfície; (c) segurança operacional, o que impõe o emprego de métodos e processos que assegurem a segurança das Operações, contribuindo para a prevenção de incidentes; (d) preservação do meio ambiente e respeito às populações, o que determina a adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais, bem como ao controle e ao monitoramento ambiental das Operações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural.</p>	<p>A definição constante das minutas dos contratos de concessão da 11ª e 12ª Rodada de Licitações, está menos sujeita às interpretações subjetivas, gerando, por conseguinte, menor insegurança jurídica para o concessionário. Inobstante, mantiveram-se as referências aos conceitos e garantias emanadas da Lei 9.478/97 e suas respectivas modificações.</p>
----------	-----------	--------	---	--

Contrato	Alteração	1.2.38	Relatório Final de Avaliação de Descoberta: documento preparado e apresentado pelo Concessionário à ANP qual se descreve o conjunto das Operações empregadas para a Avaliação de Descoberta de Petróleo e/ou Gás Natural, os resultados desta Avaliação e, eventualmente, a área que o Concessionário pretende reter para Desenvolvimento	O concessionário poderá apresentar uma declaração de comercialidade, sem a necessidade de realizar obrigatoriamente um Plano de Avaliação da Descoberta. Portanto, a aprovação do Relatório Final de Avaliação da Descoberta não deve ser condição para a Declaração de Comercialidade.
Contrato	Inclusão	1.2.40	$\text{Receita Bruta mensal} = (\text{VPFpetróleo} \times \text{Ppetróleo}) + (\text{VPFgás} \times \text{Pgás})$ <p>Onde: VPFpetróleo: volume de produção fiscalizada de petróleo, em m3; Ppetróleo: preço de referência do petróleo, em R\$/m3; VPFgás: volume de produção fiscalizada de gás natural, em m3; Pgás: preço de referência do gás natural, em R\$/m</p>	As cláusulas 24.1 e 24.4 se referem à Receita Bruta de Produção, sendo, portanto, importante esta definição.
Contrato	Alteração	2.3	O Concessionário deverá suportar todos os prejuízos em que venha a incorrer, que afetem a Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural na Área de Concessão.	O texto retirado implicaria em responsabilidade civil por risco integral.

Contrato	Alteração	2.5	O Concessionário será o único responsável civilmente pelos seus próprios atos e os de seus prepostos e subcontratados, bem como pela reparação de quaisquer danos causados pelas Operações e sua execução, independentemente da existência de culpa excluídos os casos fortuitos e/ou de força maior, bem como acidentes ou eventos da natureza, nos termos da cláusula trigésima primeira.	O texto agregado visa afastar a responsabilidade civil por risco integral. Além disso, o próprio Contrato já prevê, em consonância com a lei, hipóteses de exclusão de risco, como a Cláusula 31ª, razão pela qual estamos a fazer a presente ressalva em relação a danos causados pelas operações.
Contrato	Alteração	5.6.2, “a”	dado sísmico reprocessado deverá estar contido dentro da Área de Concessão, podendo, a critério da ANP, serem considerados dados reprocessados de áreas exteriores não contratadas adjacentes à área concedida, mediante justificativa técnica	Visa a dar maior flexibilidade para a ANP especialmente em casos especiais que há potencial de unitização.
Contrato	Inclusão	5.3.1	Excepcionalmente, para fins de cumprimento do PEM, serão computadas as atividades de Exploração desenvolvidas em até 01 (um) ano anterior à celebração do Contrato, desde que sejam relacionados à Aquisição, Interpretação e/ou Reprocessamento de Dados, na acepção, respectivamente, dos incisos VI, XVI e XII do Artigo 2º da Resolução ANP nº 11/2011.	Não raras vezes as concessionárias incorrem em gastos elevados antes da assinatura do Contrato de Concessão. Ademais, o objetivo do PEM é captar investimentos, gerar riqueza e arrecadação de tributos e aumentar o conhecimento dos sistemas petrolíferos, o que muitas vezes é alcançado escassos meses antes da celebração do contrato de concessão. A redação sugerida permite maximizar o período exploratório e permitir-se-ia que poços fossem perfurados mais cedo e os ativos postos em produção também mais rápido. Ademais, trata-se de cláusula que existe nos Contratos de Partilha de Produção.

Contrato	Alteração	7.11	Sem prejuízo do disposto na cláusula 5.12 e observado o prescrito na cláusula 5.18, em caso de descumprimento total ou parcial do Programa Exploratório Mínimo, o Concessionário não poderá prosseguir para a Fase de Produção.	A cláusula 5.12 contém exceção ao disposto na cláusula 5.11 e a cláusula 5.18 já trata da extinção do contrato para esta hipótese.
Contrato	Alteração	8.1	O Concessionário poderá, a seu critério, efetuar a Declaração de Comercialidade da Descoberta por meio de notificação à ANP.	O concessionário poderá apresentar uma declaração de comercialidade, sem a necessidade de realizar obrigatoriamente um Plano de Avaliação da Descoberta. Portanto, a aprovação do Relatório Final de Avaliação da Descoberta não deve ser condição para a Declaração de Comercialidade.
Contrato	Exclusão	8.1.2		O concessionário poderá apresentar uma declaração de comercialidade, sem a necessidade de realizar obrigatoriamente um Plano de Avaliação da Descoberta. Portanto, a aprovação do Relatório Final de Avaliação da Descoberta não deve ser condição para a Declaração de Comercialidade.
Contrato	Alteração	9.4.1	A ANP se manifestará sobre a solicitação de revisão do Plano de Desenvolvimento e de prorrogação da Fase de Produção em um prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo, justificadamente, recusar a proposta do Concessionário ou condicioná-la a modificações da revisão do Plano de Desenvolvimento, caso a revisão do Plano de Desenvolvimento apresentado não demonstre viabilidade	O IBP entende que é indispensável estabelecer um critério objetivo para que a ANP possa analisar o pleito de prorrogação, recusando-o ou condicionando-o a modificações. Esta redação, condicionando a aprovação da prorrogação da fase de produção à demonstração de viabilidade técnica e econômica, se encontra nos Contratos de Concessão de Rodadas anteriores; cabendo destacar que a retirada do texto dos Contratos de Concessão da 12ª Rodada de Licitações, foi percebido pela indústria como um retrocesso.

			técnica ou econômica para a prorrogação.	
Contrato	Alteração	9.11	Na ausência de regulamentação específica, a ANP terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de recebimento do Programa de Desativação das Instalações, para aprová-lo ou solicitar ao Concessionário as modificações que julgar cabíveis.	Sugerimos a redação contida na cláusula 9.10 do contrato de concessão da 14ª Rodada de Licitações da ANP, que estipula 180 dias para que a ANP aprove o programa de desativação permitindo que a efetiva desativação se dê tão logo concluída a fase de produção.
Contrato	Alteração	10.1	O Concessionário deverá apresentar o Plano de Desenvolvimento à ANP no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da submissão da Declaração de Comercialidade ou do recebimento, pelo operador, de comunicação de aprovação do Relatório Final de Avaliação de Descoberta.	Considerando que a declaração de comercialidade é uma prerrogativa do concessionário, esta não poderá estar sujeita ao PAD. A contagem do prazo de entrega do Plano de Desenvolvimento, via de regra, tem início após a apresentação da Declaração de Comercialidade. Nas hipóteses em que o concessionário decida por avaliar uma descoberta, a Declaração de Comercialidade será então apresentada concomitantemente ao Relatório Final do correspondente Plano de Avaliação de Descoberta. O prazo para entrega do PD, por sua vez, terá sua contagem iniciada após a aprovação pela ANP do Relatório Final de Avaliação da Descoberta. As mudanças ora propostas objetivam explicitar de maneira objetiva os marcos temporais aplicáveis tanto à regra geral (contagem do prazo a partir da declaração de comercialidade até o fim da fase de exploração), e sua exceção (contagem do prazo após a aprovação do relatório final de avaliação de descoberta).

Contrato	Inclusão	10.1.2	O prazo para apresentação do Plano de Desenvolvimento à ANP, poderá ser prorrogado mediante requerimento fundamentado do concessionário, sujeito à aprovação prévia da ANP.	Os casos práticos têm demonstrado que o prazo de 180 dias, por vezes, se demonstra exíguo, sendo certo que não existe instrumento normativo-legal que vede a prorrogação do prazo nas hipóteses devidamente justificadas pelo concessionário. Ademais, a Resolução ANP nº 17/2015 estabelece a participação da ANP no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento, podendo acarretar em novas demandas e, por conseguinte, tempo adicional, para apresentação do citado plano.
Contrato	Alteração	10.4	A Área de Desenvolvimento deverá abranger a(s) Jazida(s) a ser(em) produzida(s), conforme constante(s) na(s) respectiva(s) Declaração(ões) de Comercialidade.	A área objeto do contrato de concessão pode conter uma ou mais Jazidas. E, dependendo das características geológicas, poderão ensejar a definição de áreas de desenvolvimento distintas.
Contrato	Alteração	10.11.1	Caso o Concessionário tenha interesse de incorporar novo reservatório ao Campo, deverá ser precedida de um Plano de Avaliação de Descoberta aprovado pela ANP.	A incorporação do novo reservatório ao campo não deve ser automática, uma vez que dependem de análises econômicas e técnicas que são prerrogativas exclusivas do concessionário.
Contrato	Alteração	10.12	A Descoberta Comercial poderá ensejar nova Declaração de Comercialidade ou a sua incorporação ao sistema de Produção do Campo, observando a Cláusula Décima deste Contrato.	Faz-se necessária a inclusão de nova Declaração de Comercialidade uma vez que uma Descoberta Comercial pode não se limitar tão somente a um caso de incorporação ao sistema de produção de um campo já existente. Em qualquer das hipóteses, o procedimento da cláusula décima deverá ser observado.

Contrato	Alteração	12.3	A propriedade dos volumes de Petróleo e Gás Natural medidos nos termos do parágrafo 12.1. será disponibilizada ao Concessionário no Ponto de Medição da Produção.	Tal proposta tem por objetivo mitigar qualquer risco de questionamento no sentido de que somente no ponto de medição os concessionários adquirem a propriedade do Petróleo e Gás Natural extraídos, contrariando a lógica da aquisição originária. De igual modo, considerando que o título da cláusula é “Disponibilização da Produção”, entendemos que a adoção do termo “disponibilizada” é mais coerente.
Contrato	Alteração	12.4	É assegurado ao Concessionário a livre disposição dos volumes de Petróleo e de Gás Natural a ele disponibilizados nos termos do parágrafo 12.3.	Vide justificativa acima.
Contrato	Alteração	12.7	Os dados, informações e resultados obtidos dos testes de formação, Testes de Longa Duração ou Sistemas de Produção Antecipada durante a execução das Operações deste Contrato deverão ser enviado à ANP imediatamente após a sua obtenção, conclusão ou conforme prazo definido na Legislação.	<p>O termo “Informação” não se confunde com “interpretação”. A produção da interpretação demanda conhecimento, classificação, análise e reflexão, o que requer esforço e investimentos pecuniários pelo Concessionário.</p> <p>Compreende-se por conhecimento os dados e as informações interpretadas, isto é, aquelas submetidas a estudos conduzidos em conformidade com os métodos recomendados pelo estado da arte da ciência e da tecnologia, conferindo-se à mesma a qualidade de propriedade intelectual, gozando, por conseguinte, de proteção legal conferida pela Constituição, pelo acordo TRIPS e pela Lei de Direito Autoral (Lei 9.610/98). Portanto, as cláusulas contratuais que solicitam a entrega dos dados e informações interpretadas violam o direito de propriedade do concessionário.</p> <p>Dessa forma, o IBP entende que somente os elementos em estado bruto e aqueles submetidos a tratamento preliminar obtidos como resultado das operações de exploração e produção, realizadas sob a égide do Contrato de Concessão,</p>

				<p>devem ser entregues pelas Concessionárias à ANP, a fim de compor os “recursos petrolíferos nacionais” referidos no art. 22, caput, da Lei do Petróleo, o que não abrange os dados e informações interpretadas.</p> <p>Ainda, sustentamos que a propriedade privada é um dos princípios da Ordem Econômica (art. 170, II CRFB/88), situado no mesmo capítulo da Constituição que trata do órgão regulador para o setor petrolífero (art. 177 § 1.º), de modo que a Constituição, neste aspecto deve ser interpretada considerando a valoração axiológica existente entre o citado princípio positivado e a regra de seu art. 177, § 1.º.</p>
Contrato	Alteração	13.2	<p>O Acordo de Individualização da Produção e o Compromisso de Individualização da Produção serão elaborados nos termos da Legislação Aplicável, respeitados os termos e condições deste Contrato no que diz respeito à Área de Concessão, de forma a assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.</p>	<p>A sugestão objetiva conferir segurança jurídica aos Concessionários, de modo que processos de individualização da produção não venham a ensejar um desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.</p>
Contrato	Inclusão	13.3	<p>Nos casos em que a Jazida Compartilhada se estenda por área não contratada, o Concessionário não será obrigado a realizar desembolso para arcar com a participação da União no rateio dos investimentos concernentes à etapa de Desenvolvimento e dos custos de produção.</p>	<p>Importante refletir as diretrizes constantes na Resolução do CNPE e o conceito contido na Resolução da ANP 25/2013 no Contrato de Concessão ante a ausência de Legislação Federal específica.</p>

Contrato	Inclusão	13.4	O curso do prazo contratual poderá ser suspenso no caso de procedimento de Individualização da Produção de Petróleo e Gás Natural, desde a instauração do procedimento até a formalização do Acordo de Individualização da Produção, nos termos da Legislação Aplicável.	Importante refletir as diretrizes constantes na Resolução do CNPE e o conceito contido na Resolução da ANP 25/2013 no Contrato de Concessão ante a ausência de Legislação Federal específica.
Contrato	Inclusão	13.5	A ANP poderá autorizar a anexação da área adjacente pelo Concessionário caso se comprove a dispensa ou a inexigibilidade de licitação para a área adjacente que detém parcela da Jazida Compartilhada.	Inclusão pautada no princípio da eficiência e respaldada pelos comandos licitatórios, bem como alinhado aos princípios da política energética nacional.
Contrato	Inclusão	13.6	Será aplicado ao acordo de individualização da produção o conceito jurídico da aquisição originária sobre os volumes de hidrocarbonetos produzidos que devam ser equalizados entre as partes integrantes do acordo, independente da forma de equalização definida	Importante que a ANP deixe claro no contrato o regime de aquisição da propriedade também para os volumes a serem equalizados nos processos de individualização da produção, independentemente da forma elegida para a equalização.

Contrato	Alteração	14.24	Operações fora dos limites da Área de Concessão serão consideradas para efeito de abatimento do Programa Exploratório Mínimo.	<p>Não obstante a determinação da Diretoria Colegiada da ANP na RD 940/2011, entendemos que este posicionamento poderia ser revisto, uma vez que a execução de tais operações em localidade externa à Área de Concessão será realizada apenas mediante justificativa técnica, feita pelo Concessionário e aprovada pela ANP.</p> <p>Sendo, portanto, investimentos obrigatórios à atividade exploratória e cumprimento do PEM, é razoável que a aquisição de dados e/ou a execução de outras Operações sejam consideradas para efeito de abatimento do Programa Exploratório Mínimo. Tal possibilidade estaria alinhada aos objetivos e princípios emanados da Lei 9.478/97 e demais normas aplicáveis.</p>
Contrato	Alteração	17.1.1	O Concessionário enviará à ANP, na forma por esta determinada, cópias de mapas, seções, perfis, estudos, outros dados e informações geológicas, geoquímicas e geofísicas, inclusive dados de poços, obtidos de testes, além de relatórios ou quaisquer outros documentos definidos em regulamentação específica e obtidos como resultado das Operações e deste Contrato que contenham informações necessárias para a caracterização do progresso dos trabalhos e do conhecimento geológico da Área de Concessão.	Em que pese o concessionário ter ciência de que a informação apresentada à ANP será tratada de forma confidencial pela mesma, o Operador é obrigado a dividir com os demais concessionários todas as informações submetidas à ANP, uma vez que são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do contrato de concessão. Os modelos de reservatórios são elaborados por cada concessionário consideradas as suas particularidades, não sendo informação dividida no consórcio. Além disso, os modelos de reservatórios não são informações essenciais para o exercício do poder fiscalizatório da Agência e consistem em informações proprietárias, preservando assim a confidencialidade da propriedade intelectual de tais modelos e, conseqüentemente, as vantagens competitivas dos operadores.

Contrato	Alteração	17.1.2	Nos termos do art. 22 da Lei nº 9.478/1997, o acervo técnico constituído pelos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras é parte integrante dos recursos petrolíferos nacionais, devendo tais dados e informações, inclusive os referentes à geologia, geofísica e geoquímica da Área de Concessão, ser entregues pelo Concessionário à ANP	Vide comentário acima e do Plano de Desenvolvimento. Modelagem geológica implica em informação sensível de cada empresa. Sugerimos sua exclusão.
Minuta de Contrato	Alteração	20.4	O Concessionário deverá apresentar à ANP o Relatório de Conteúdo Local para acompanhamento de Conteúdo Local em Exploração e Desenvolvimento, nos termos da legislação aplicável.	A legislação hoje aplicável - Resolução 27/2016 – estabelece o Relatório de Conteúdo Local, definido também na cláusula 1.2.39 de definições deste contrato como o documento pertinente para a demonstração dos dispêndios para fins de Conteúdo Local. O Relatório de Gastos Trimestrais, usado até a 6ª Rodada para reportar o Conteúdo Local realizado não é mais aplicável para a presente legislação.
Minuta de Contrato	Inclusão	Após o atual item 20.5.1	Para fins de aferição o compromisso referente à Fase de Exploração será limitado aos investimentos realizados no Programa Exploratório Mínimo – PEM, nos termos da legislação aplicável.	A fase de exploração é uma atividade que envolve alto risco para o operador além de pouco investimento em equipamentos de uso permanente. No contrato, assumem-se compromissos de Conteúdo Local com base em uma proposta de atividade exploratória (PEM). Assim, as exigências de Conteúdo Local devem ser vinculadas aos investimentos contidos no PEM a fim de estimular as atividades exploratórias além do mínimo comprometido. A tomada de risco além do compromisso mínimo (PEM) deve ser estimulada, e não inibida com mais compromissos, pois aumenta as chances de descoberta, e consequente investimento em desenvolvimento da produção, bem como fornece mais dados geológicos para a agência reguladora.

Minuta de Contrato	Alteração	20.7	<p>Os marcos para aferição de Conteúdo Local pela ANP serão:</p> <p>a) a entrega do último Relatório de Conteúdo Local da Fase de Exploração; e</p> <p>b) a entrega do último Relatório de Conteúdo Local da Etapa de Desenvolvimento em Campo que não contemple Desenvolvimento modular.</p> <p>c) a entrega do último Relatório de Conteúdo Local da Etapa de Desenvolvimento de cada módulo, em Campo que contemple o Desenvolvimento modular.</p>	<p>Frequentemente operadores efetuam dispêndios referentes à fase de exploração ou à etapa de desenvolvimento da produção após a conclusão das mesmas, uma vez que os ciclos de faturamento podem ser longos (por vezes superiores a 3 meses). Ao definir o limite temporal de aferição igual ao limite da fase pode-se excluir importantes investimentos dos cálculos de conteúdo local da mesma. Desta forma, sugere-se adotar limite temporal para recebimento das faturas igual ao limite de entrega do último relatório de conteúdo local, sem prejuízo das atividades fiscalizatórias.</p>
Minuta de Contrato	Alteração	20.8	<p>Para fins de aferição do Conteúdo Local, a Etapa de Desenvolvimento terá início na data da apresentação da Declaração de Comercialidade e se encerrará, para cada Módulo da Etapa de Desenvolvimento, com a primeira entre as seguintes ocorrências:</p> <p>a) O decurso de 05 (cinco) anos após a Extração do Primeiro Óleo;</p> <p>b) A desistência, pelo Concessionário, do Desenvolvimento do Módulo da Etapa de Desenvolvimento; ou</p> <p>c) A realização dos investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento, exceto os relativos ao abandono do campo.</p>	<p>Entendemos ser pertinente a retomada do prazo de 05 anos após a extração do primeiro óleo como marco de encerramento para a Etapa de Desenvolvimento da Produção, conforme observado nos contratos da 12ª Rodada de Concessão e 1ª Rodada de Partilha de Produção. A extensão excessiva desse período, conforme proposto na presente minuta, provoca confusão entre atividades de desenvolvimento da produção e de produção, além de provocar sobreposição desnecessária entre projetos e resultar em ineficiência e desperdícios na alocação de esforços e recursos por parte dos concessionários e reguladores.</p> <p>Cabe ressaltar que o prazo limite proposto, de 5 anos após a extração do primeiro óleo, já contempla um período que facilmente excede 10 anos, ao longo dos quais estudos dos operadores apontam que normalmente são executados mais de 90% dos investimentos no campo. Decorrido este prazo, na maior parte dos campos o foco dos investimentos recai sobre iniciativas de aumento de fator de recuperação de hidrocarbonetos, que devem ser</p>

				estimuladas para melhor aproveitamento dos recursos naturais e, conseqüentemente, aumento das participações governamentais.
Minuta do Contrato	Inclusão	Após o atual item 20.8	O Concessionário poderá, mediante aprovação da ANP, solicitar o reconhecimento das atividades relativas ao desenvolvimento do mercado de Fornecedores Brasileiros para fins de cumprimento de Conteúdo Local, na forma da legislação aplicável.	As empresas operadoras tem empreendido grandes esforços no desenvolvimento da Cadeia Local de fornecedores. Exemplos claros são os investimentos na indústria naval e a instalação no Brasil de centros de produção, operação e pesquisa de grandes fornecedores. Entende-se que tais esforços devem ser computados para efeitos de incentivo à política de Conteúdo Local. Existe a necessidade de uma previsão contratual para as diretrizes do Decreto Pede for que serão regulamentadas.
Minuta do Contrato	Exclusão	20.9		Pelo princípio da isonomia, o IBP entende que, assim como diversos serviços prestados por mão de obra nacional considerados para fins de apuração de CL, os dispêndios relativos a operação da Unidade, deverão também ser considerados. Se o objetivo da política pública de CL é o desenvolvimento do mercado nacional com a geração de emprego e renda não faria sentido a exclusão de um segmento altamente qualificado e essencial para operação. Cabe mencionar ainda que os dispêndios relativos à operação de unidades de produção faziam parte da base de cálculo de conteúdo local até a 13ª rodada e sua exclusão na cláusula em questão não está respaldada por qualquer nova diretriz do CNPE publicada até o momento.

Minuta do Contrato	Alteração	20.10	Caso o Conteúdo Local aferido seja diferente do Conteúdo Local com o qual o Concessionário se comprometeu, seja na Fase de Exploração, seja em um Módulo da Etapa de Desenvolvimento, a diferença a maior ou menor, em moeda corrente nacional, poderá ser transferido para o(s) Módulo(s) da Etapa de Desenvolvimento a ser(em) implantado(s) subsequentemente.	"Visando à definição de uma modelagem de PCL alinhada com a flexibilidade requerida pela dinâmica do mercado de E&P, o estímulo à competitividade entre os setores da indústria de E&P e o alinhamento com disposições já existentes para os módulos da Etapa de Desenvolvimento, propõe-se a transferência de diferenças a mais ou a menos entre os valores de CL comprometidos e aqueles alcançados pelo Concessionário." (Trecho extraído do documento Exposição de motivos, disponibilizado pelo Comitê Diretivo do Pedefor durante a Consulta Pública 01/2016.)
Minuta do Contrato	Alteração	20.10.1	No caso de Campos em Mar com lâmina d'água acima de 100 metros, o operador deverá indicar o Macro grupo para o qual a diferença a maior ou menor da Fase de Exploração será direcionada.	"Visando à definição de uma modelagem de PCL alinhada com a flexibilidade requerida pela dinâmica do mercado de E&P, o estímulo à competitividade entre os setores da indústria de E&P e o alinhamento com disposições já existentes para os módulos da Etapa de Desenvolvimento, propõe-se a transferência de diferenças a mais ou a menos entre os valores de CL comprometidos e aqueles alcançados pelo Concessionário." (Trecho extraído do documento Exposição de motivos, disponibilizado pelo Comitê Diretivo do Pedefor durante a Consulta Pública 01/2016.)
Minuta do Contrato	Alteração	20.10.2	Eventuais diferenças a maior ou menor verificadas nos Módulos da Etapa de Desenvolvimento poderão ser transferidas para os Macro grupos indicados pelo Concessionário.	"Visando à definição de uma modelagem de PCL alinhada com a flexibilidade requerida pela dinâmica do mercado de E&P, o estímulo à competitividade entre os setores da indústria de E&P e o alinhamento com disposições já existentes para os módulos da Etapa de Desenvolvimento, propõe-se a transferência de diferenças a mais ou a menos entre os valores de CL comprometidos e aqueles alcançados pelo Concessionário." (Trecho extraído do documento Exposição de motivos, disponibilizado pelo Comitê Diretivo do Pedefor durante a Consulta Pública 01/2016.)

Minuta do Contrato	Alteração	20.11	A solicitação de transferência de excedente deverá ser apresentada à ANP no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao recebimento, pelo Operador, do Relatório de Fiscalização de Conteúdo Local da Etapa de Desenvolvimento da Produção, ou de Módulos subsequentes no caso de Desenvolvimento modular.	Entende-se que o período de 15(quinze) dias é insuficiente para analisar e concluir o processo interno de validação e aprovação de eventuais diferenças a maior ou menor a serem transferidas.
Minuta do Contrato	Inclusão	Após o atual item 20.11	O Concessionário poderá solicitar à ANP o ajuste do percentual de Conteúdo Local da Fase de Exploração e do determinado Macro grupo com o qual se comprometeu.	Em razão das oscilações de mercado entre o momento da assinatura do contrato e o momento do efetivo investimento nos projetos, torna-se indispensável que o presente contrato contemple a possibilidade de situações em que a Operadora não tenha meios de alcançar o percentual de conteúdo local previamente estabelecido. Dessa forma, a penalização das Operadoras pelo não cumprimento dos percentuais de CL exigidos sem que haja culpa das mesmas estará em desacordo com os princípios do Direito Administrativo Sancionador.
Minuta do Contrato	Inclusão	Após a inclusão do item acima	A solicitação de ajustes deverá ser apresentada à ANP no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao recebimento, pelo Operador, do Relatório de Fiscalização de Conteúdo Local da Etapa de Desenvolvimento da Produção, ou de Módulos subsequentes no caso de Desenvolvimento modular.	Em razão das oscilações de mercado entre o momento da assinatura do contrato e o momento do efetivo investimento nos projetos, torna-se indispensável que o presente contrato contemple a possibilidade de situações em que a Operadora não tenha meios de alcançar o percentual de conteúdo local previamente estabelecido. Dessa forma, a penalização das Operadoras pelo não cumprimento dos percentuais de CL exigidos sem que haja culpa das mesmas estará em desacordo com os princípios do Direito Administrativo Sancionador.

Minuta do Contrato	Alteração	20.11.1	O valor monetário excedente será atualizado por índice que reflita com a melhor exatidão as atividades relacionadas à indústria do petróleo e gás.	Buscar a equalização e/ou consistência com o Índice utilizado nos contratos anteriores, de forma a evitar duplicação de controles e gestão interna, tanto das Operadores quanto da ANP.
Minuta do Contrato	Alteração	20.12	<p>O descumprimento do Conteúdo Local sujeitará o Concessionário à aplicação de multa, a qual será calculada sobre o valor monetário descumprido, aplicando-se o seguinte percentual, conforme o caso:</p> <p>a) caso o percentual de Conteúdo Local Não Realizado (NR) seja inferior a 65% (sessenta e cinco por cento) do Conteúdo Local Mínimo, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor do Conteúdo Local Não Realizado.</p> <p>b) caso o percentual de Conteúdo Local Não Realizado (NR) seja igual ou superior a 65% (sessenta e cinco por cento), a multa será crescente a partir de 10% (dez por cento), atingindo 24% (vinte e quatro por cento) do valor de Conteúdo Local Mínimo, no caso de 100% de Conteúdo Local Não Realizado (NR), de modo a obedecer à fórmula: $M (\%) = 0,4 \times NR (\%) - 16\%$. No qual NR (%) é o percentual de Conteúdo Local Não Realizado</p>	O setor de petróleo é caracterizado por investimentos realizados em longo prazo, normalmente superior a dez anos após a assinatura do contrato, acarretando grande incerteza em relação às condições tecnológicas e de mercado quando da efetiva realização dos investimentos. Com a eliminação do mecanismo de isenção para o presente contrato, não há qualquer instrumento que evite a penalização indevida dos concessionários em casos de impossibilidade de cumprimento das obrigações sem culpa objetiva. Nesse contexto, a manutenção de patamares pesadamente elevados de aplicação de penalidades, ainda que inferiores aos praticados até o momento, expõe os projetos a risco financeiro que reduz sua atratividade e terá impacto negativo na composição das ofertas.

Minuta do Contrato	Alteração	20.14	O valor monetário excedente será atualizado por índice que reflita com a melhor exatidão as atividades relacionadas à indústria do petróleo e gás.	Buscar a equalização e/ou consistência com o Índice utilizado nos contratos anteriores, de forma a evitar duplicação de controles e gestão interna, tanto dos Operadores quanto da ANP.
Contrato	Alteração	22.2	A exclusivo critério da ANP e desde que por esta previamente autorizado, o auto seguro poderá ser admitido. A ANP deverá conferir tratamento isonômico a Concessionários que possuam o mesmo grau de qualificação técnica e financeira, nos termos do Edital de Licitações correspondente.	<p>O Edital de Licitações traz regras claras e objetivas para aferir a qualificação técnica e financeira - cuja manutenção inclusive é exigida ao longo de toda a vigência da concessão. Dessa forma, entendemos que tal critério objetivo também seria adequado para aferição da possibilidade do auto seguro.</p> <p>Concessionários com as mesmas qualificações devem estar sujeitos às mesmas exigências quanto à possibilidade de apresentar auto seguro.</p>
Contrato	Alteração	22.4	O seguro por meio de Afiliadas é admitido desde que previamente autorizado pela ANP.	<p>Reportamo-nos ao comentário da cláusula 22.3 acima, uma vez que o Edital de Licitações também prevê as regras para aferir a qualificação técnica e financeira das afiliadas.</p> <p>O seguro por meio de afiliadas deve considerar a sólida capacidade financeira e operacional dessas empresas. Assim, sugere-se excluir a necessidade de autorização prévia, pela SUSEP para o fornecimento de seguros por essas afiliadas, sempre preservando o poder discricionário e regulatório da ANP.</p> <p>Além disso, há situações nas quais empresas transnacionais podem vir a contratar apólices de seguros fora do Brasil, incluindo suas afiliadas como beneficiárias em tais produtos de seguro.</p>

Contrato	Alteração	24.1.2	<p>O Concessionário tem até o dia 30 de junho do ano seguinte ao ano calendário de apuração da receita bruta de produção para realizar ou contratar a aplicação desses recursos.</p>	<p>Considerando os prazos necessários para o desenvolvimento dos projetos de P&D, e a boa prática de pagamentos por etapa executada, é necessário considerar contratações de maior prazo e, tendo em vista os compromissos financeiros assumidos, contabilizar o valor dos contratos como provisionamento das aplicações do período de cumprimento da obrigação.</p> <p>Cabe ressaltar que os contratos das Rodadas 11 e 12 já preveem a possibilidade de contratação.</p> <p>As contratações serão admitidas exclusivamente para aplicação da parcela externa da obrigação.</p>
Contrato	Inclusão	24.1.2.1	<p>O Concessionário deverá fornecer à ANP relatório completo das Despesas Qualificadas como Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação realizadas ou contratadas, nos prazos e formatos definidos na Legislação Aplicável.</p>	<p>Justificativa apresentada no item anterior.</p>
Contrato	Inclusão	24.1.2.2	<p>A contratação referente ao item 24.1.2. não poderá exceder 3 anos.</p>	<p>Embora possam ocorrer projetos de mais longo prazo, para efeitos do controle dos investimentos realizados e contabilizados como provisionamento, sugere-se que apenas os 3 primeiros anos do cronograma financeiro do projeto sejam considerados.</p>

Contrato	Alteração	24.2.alínea "a"	Até 40% (quarenta por cento) dos recursos previstos no parágrafo 24.1 deverão ser investidos em atividades de pesquisa e desenvolvimento junto a universidades ou institutos de pesquisa e desenvolvimento nacionais credenciados pela ANP.	<p>Tendo em vista o novo objetivo declarado da ANP “de desenvolver tecnologia para o fortalecimento do conteúdo local”, a divisão da alocação dos investimentos entre instituições credenciadas e empresas, conforme apresentado, não faz mais sentido. A necessidade de se promover a mobilidade do talento e a transferência de conhecimento do mundo acadêmico para o empresarial é por si só um incentivo natural e suficiente ao envolvimento tanto da academia quanto das empresas nestes projetos, sem que seja necessária uma intervenção da ANP para determinar a alocação de um percentual mínimo de investimento em um ou outro ator.</p> <p>O modelo existente, que privilegia o investimento mandatário em instituições credenciadas, não se demonstrou eficiente para a promoção da inovação e do desenvolvimento da indústria local.</p> <p>A presente sugestão justifica-se pela impossibilidade de cumprimento da obrigação prevista no modelo atual, tendo em vista que, conforme explicado anteriormente, as instituições credenciadas pela ANP podem receber os investimentos em P, D&I disciplinados por este regulamento até um limite máximo além do qual não terão recursos humanos ou materiais para conduzir novas pesquisas. É preciso, portanto, ampliar o leque e flexibilizar as instituições aptas a receber investimentos.</p>
Contrato	Alteração	24.2. Alínea “b”	Até 40% (quarenta por cento) dos recursos previstos no parágrafo 24.1 deverão ser investidos em atividades de pesquisa e desenvolvimento e inovação, que tenham por objetivo resultar em produtos ou processos com inovação tecnológica junto a Empresas Brasileiras de qualquer porte.	<p>O foco dos investimentos da verba de P&D deve ser orientado à execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, processos e metodologias, que a médio e longo prazo levem a melhorar a competitividade da nossa indústria. Mesmo entendendo que o desenvolvimento da cadeia de fornecedores é um objetivo chave e uma necessidade do país, acreditamos que isso deva ser alcançado por outros meios e desvinculado dos objetivos de P&D. Na área de P&D, devemos priorizar a realização de inovações, com critérios de excelência. Entre as várias metas de desenvolvimento local, entendemos que o foco da pesquisa nacional deveria incluir o desenvolvimento de inovações que venham a viabilizar tecnicamente e/ou economicamente as</p>

				<p>jazidas de pré-sal, já que estas podem trazer muitos ganhos futuros ao país, com Royalties, Impostos, empregos e geração de empresas localmente. As parcerias entre operadoras e as empresas fornecedoras devem ser incentivadas, o que favoreceria a geração de nova indústria local para fornecer esses novos produtos e serviços sempre que houver oportunidade.</p> <p>Além disso, durante a execução das atividades de pesquisa, o critério de excelência poderá levar, em algumas situações, a precisar de colaborações internacionais com Centros de Referência em algumas tecnologias específicas, o que ainda não é aceito no nosso regulamento atual nem nas propostas de mudança que estão em andamento em distintos foros. Contudo, acreditamos que teríamos grandes ganhos de inovação localmente ao disponibilizar um percentual (ex. 5%, 10%, 15, etc.) do valor total de P, D&I para ser utilizado em centros de excelência de pesquisa, universidades e empresas estrangeiras.</p> <p>Além disso, temos também linhas abertas de discussão para futuras modificações no regulamento que atendam a inclusão de custos indiretos e custos nas instalações das operadoras executados fora do país. Porém, limitar esse investimento privado pode ser um risco no futuro</p>
Contrato	Alteração	24.3	<p>O saldo remanescente das Despesas Qualificadas como Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, após a observância do parágrafo 24.2, poderá ser investido em:</p> <p>a) atividades de pesquisa desenvolvimento e inovação realizadas em instalações do próprio Contratado ou de suas Afiliadas, localizadas no Brasil ou no exterior, com a qualificação dos recursos destinados à remuneração direta de pessoal próprio, residente no país ou no exterior, que atue em projetos e programas de Pesquisa</p>	<p>Necessidade de futuras modificações no regulamento que atendam a inclusão de custos indiretos e custos nas instalações das operadoras executados fora do país. Porém, limitar esse investimento privado pode ser um risco no futuro.</p> <p>Necessidade de futuras modificações no regulamento que atendam a inclusão de custos indiretos e custos nas instalações das operadoras executados fora do país. Porém, limitar esse investimento privado pode ser um risco no futuro. Sendo o objetivo do Regulamento possibilitar que o Brasil se beneficie do conhecimento gerado com a obrigação de PD&I, e de que pesquisadores nacionais se apropriem do mesmo a fim de gerar um círculo virtuoso que só benefícios traria ao país, a atuação de pesquisadores estrangeiros só poderia somar experiência,</p>

			<p>Desenvolvimento & Inovação junto a empresas fornecedoras nacionais ou instituições credenciadas pela ANP;</p> <p>b) ressarcimento de custos indiretos do próprio Contratado referentes à utilização das instalações e serviços, compreendendo, entre outras, despesas com água, luz, serviços de manutenção, segurança e limpeza, limitado a até 15% sobre o valor das despesas do projeto ou programa; ou</p> <p>c) empresas fornecedoras nacionais da Indústria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ou em universidades ou institutos de pesquisa e desenvolvimento credenciados pela ANP.</p>	<p>onde os mesmos atuariam como indutores de pesquisa localmente, pois ao desempenharem suas atividades acabariam por beneficiar também pesquisadores locais.</p> <p>Ao se desconsiderar a admissibilidade de despesas inevitáveis a serem incorridas como resultado da obrigação, tais como custos com pessoal e custos indiretos, estar-se-ia impondo, na prática, uma obrigação de investimento substancialmente superior àquele estipulado nos contratos de exploração e produção (1%). Isto porque as EP teriam o ônus adicional de custear despesas que, por serem indispensáveis ao cumprimento da obrigação de investir em P&D, serão necessariamente incorridas e não seriam qualificáveis como parte do investimento mandatório. Ou seja, estar-se-ia, na prática, exigindo investimentos em medida superior àquela estabelecida pelos contratos de exploração e produção.</p>
Contrato	Alteração	27.2	<p>A ANP poderá realizar auditoria contábil e financeira deste Contrato, inclusive dos demonstrativos de apuração das Participações Governamentais, nos termos da Legislação aplicável.</p>	<p>O IBP não questiona a competência da ANP para realização de auditoria, mas é importante deixar expresso no contrato que o escopo desta auditoria deve ser limitado ao contrato.</p>
Contrato	Alteração	27.2.3	<p>A ANP terá amplo acesso aos documentos, livros, papéis, registros e outras peças outros documentos, referidos no parágrafo 27.1, inclusive aos contratos e acordos firmados pelo Concessionário e relacionados com a aquisição de bens e serviços para as Operações, relativos aos últimos 5 (cinco) anos. Com relação aos documentos para aferição do Conteúdo Local, a ANP terá acesso a tais documentos pelo prazo de</p>	<p>O IBP sugere prazos distintos para a auditoria de documentos fiscais e relativos à Conteúdo Local. Desta forma, para documentos fiscais deve ser observado o prazo de 5 (cinco) anos, conforme estabelecida pelo CTN, Lei 9.873/99, Lei 9.847/99, Decreto 2.953/99 e demais normativos aplicáveis. Já com relação ao Conteúdo Local, foi mantido o prazo de 10 (dez) anos proposto pela ANP em conformidade com o Parecer nº 269/2014/PF-ANP/PGF/AGU.</p>

			10 (dez) anos, contados a partir da emissão dos certificados de Conteúdo Local.	
Contrato	Alteração	27.2.5	O concessionário deverá manter à disposição da ANP os respectivos certificados de Conteúdo Local, além se contratos, documentos fiscais e demais registros comprobatórios, correspondentes ao bem ou serviço adquirido, pelo prazo de 10 (dez) anos após sua emissão.	Sugere-se a contagem do período de guarda de documentos a partir de sua emissão, conforme legislação e jurisprudência vigentes, inclusive de tribunais superiores. A sugestão visa a trazer maior efetividade para as atividades dos concessionários ao invés de gerar maior custo operacional para a guarda de documentos por períodos incertos e excessivamente longos.
Contrato	Alteração	28.5	Os Concessionários deverão notificar a ANP sobre a alteração de seu controle societário no prazo de 90 (noventa) dias, contados da averbação do ato societário no órgão de registro competente, sobre a alteração do seu controle societário, que implique na exclusão do concessionário do grupo econômico do qual pertencia originalmente nos termos da Legislação Aplicável.	O IBP reitera seu posicionamento manifestado na Consulta Pública para revisão dos Procedimentos de Cessão de Contratos de E&P, no sentido de que a obrigação de notificar a ANP deve ser aplicável à hipótese em que ocorra alteração do controle societário que implique na exclusão do Concessionário do grupo econômico ao qual pertencia originalmente.

Contrato	Inclusão	28.5.2	Excetua-se de tal obrigação, as alterações de controle societário ocorridas em sociedade controladora, mesmo que indiretas, cujas ações representativas de seu capital social se encontrem cotadas em bolsa de valores.	O IBP reitera seu posicionamento manifestado na Consulta Pública para revisão dos Procedimentos de Cessão de Contratos de E&P. Como esclarecido, para aquelas sociedades que tenham ações cotadas em bolsa de valores, alterações no controle societário não são passíveis de objeção ou controle.
Contrato	Alteração	28.6	A Cessão no todo ou em parte da Área do Contrato será sempre de uma participação indivisa nos direitos e obrigações do Concessionário.	<p>Esta sugestão também foi apresentada na oportunidade da Consulta Pública para revisão dos Procedimentos de Cessão de Contratos de E&P.</p> <p>Considerando que a lei aplicável prevê as hipóteses de sobrevivência de obrigações por parte do cedente, as quais representam exceções (e não a regra), propõe-se excluir o fragmento em questão, de modo a evitar dúvidas e entendimentos equivocados quanto às obrigações assumidas pelo cessionário, em substituição ao cedente, no contrato de concessão. Exigir do cedente o adimplemento de obrigações em período posterior à sua participação como concessionário, ressalvadas as hipóteses exaustivamente descritas na lei aplicável, é pouco razoável, além de legalmente questionável.</p>
Contrato	Exclusão	28.7.2		O IBP sugere a exclusão desta cláusula considerando que não existe previsão legal para a determinação de um programa exploratório mínimo adicional para as áreas. Tal medida seria desproporcional e onerosa para as partes, uma vez que seria alterado um critério ofertado por ocasião da licitação da área – a mera divisão dos blocos não deveria ensejar a adição de mais compromissos exploratórios.

Contrato	Exclusão	28.7.3		Vide justificativa a cláusula 28.7.2
Contrato	Alteração	28.9	Qualquer Cessão que não cumpra o disposto nesta Cláusula ou na Legislação Aplicável será anulável e sujeita às penalidades previstas neste Contrato e na Legislação Aplicável.	<p>Esta sugestão também foi apresentada na oportunidade da Consulta Pública para revisão dos Procedimentos de Cessão de Contratos de E&P.</p> <p>Eventuais vícios no processo de cessão podem ser sanados, havendo, portanto, a possibilidade de convalidação do ato jurídico.</p>
Contrato	Alteração	28.11, alínea “a”	os concessionários estejam adimplentes com as obrigações do Contrato, salvo se tais obrigações estiverem sendo contestadas nas vias administrativa, judicial e/ou arbitral	<p>Esta sugestão também foi apresentada na oportunidade da Consulta Pública para revisão dos Procedimentos de Cessão de Contratos de E&P.</p> <p>Não condicionar o pedido de cessão nos casos em que o concessionário esteja exercendo seu direito de contestar em qualquer esfera.</p>
Contrato	Exclusão	28.11, alínea “b”		<p>Esta sugestão também foi apresentada na oportunidade da Consulta Pública para revisão dos Procedimentos de Cessão de Contratos de E&P.</p> <p>Entendemos que a adimplência das obrigações de cedente e do cessionário deve limitar-se ao contrato em questão, sob pena de ser desproporcional.</p> <p>A redação sugerida pela Agência no sentido de que o cedente e cessionário não podem contar com débitos de Participações</p>

				<p>Governamentais (e de terceiros), no contrato cedido ou em qualquer outro contrato de E&P, tem um alcance muito amplo, podendo, inclusive, atingir questões que estão judicializadas ou pendentes de exame por esse regulador, entre outras hipóteses.</p> <p>A respeito, é válido recordar que os Tribunais sempre rejeitaram com veemência os meios de cobrança indireto que a Administração Pública cria para a cobrança de seus créditos, definindo, como se identifica na jurisprudência, sanções políticas, como a ANP busca implementar na redação desse dispositivo. Entendemos relevante recordar, mutatis mutandis, o teor da súmula 547 do STF (“Não é lícito à autoridade proibir que o contribuinte em débito adquira estampilhas, despache mercadorias nas alfândegas e exerça suas atividades profissionais.”) É dizer, a forma como busca tratar a ANP atinge direta e concretamente as atividades econômicas de nossas associadas.</p> <p>Os Tribunais têm repellido essas normas justamente porque a Administração Pública conta com diversos poderes especiais que não são conferidos ao particular (especialmente para o caso em tela, a possibilidade de criação de título executivo extrajudicial e meios especiais de execução, haja vista o particular rito da Lei 6.830/80).</p> <p>Portanto, a forma como se encontra descrito este dispositivo encontra sérias dificuldades de confirmação judicial, o que exige a sua adequação ou sua exclusão.</p> <p>Acreditamos que uma forma de legitimar a intenção da ANP seria deixar claro que a norma só se aplica aos eventos que não tenham depósito do montante devido, liminar judicial ou arbitral, pendência de exame de defesa ou recurso administrativo a respeito da cobrança, ou mesmo, mediante pedido de parcelamento da dívida.</p> <p>Em adição aos argumentos de ordem jurídica antes relatado, acreditamos que a supressão do dispositivo ou o seu contorno</p>
--	--	--	--	---

				<p>para uma redação alternativa em muito contribuirá para o desenvolvimento de negócios de E&P entre os diversos investidores do setor, contribuindo significativamente com o desenvolvimento do mercado nacional e até possibilitando o pagamento de eventuais débitos de Participações Governamentais e de terceiros de forma mais abreviada em razão de uma regulação mais permissiva ao desenvolvimento desses negócios.</p>
Contrato	Alteração	28.13	<p>O termo aditivo ao Contrato de Concessão adquirirá vigência e eficácia a partir da data de sua assinatura, exceto se de outra forma permitido pela Legislação Aplicável.</p>	<p>Segundo o parágrafo único do artigo 29 da lei 9.478 a cessão e transferência ocorrem mediante a prévia e expressa autorização da ANP a qual se dá através da Resolução da Diretoria Colegiada</p> <p>Nesse sentido o Termo de Cessão incluído no Manual da ANP publicado na página web da agência e que acompanha o requerimento do cedente estabelece que os efeitos da cessão terão eficácia e entrará em vigor após a aprovação pela ANP através da Resolução da Diretoria Colegiada.</p> <p>A assinatura de Termo Aditivo é formalidade cujo objeto é consolidar o contrato de concessão refletindo a nova composição do concessionário, mas, a cessão e transferência se materializam através do Termo de Cessão que passa a vigorar a partir da aprovação pela Diretoria Colegiada da ANP, tal como disposto na lei, no contrato de concessão e no próprio Termo de Cessão. De forma consistente o modelo de Termo de Cessão incluído no Manual da ANP inclui disposição específica estabelecendo que a cessão terá efeitos a partir da data de aprovação pela Diretoria Colegiada da ANP.</p>

Contrato	Alteração	28.18	Os novos Contratos de Concessão firmados pelas Partes adquirirão vigência e eficácia a partir da aprovação da Diretoria Colegiada da ANP, por meio de Resolução de Diretoria, nos termos da Legislação Aplicável.	<p>Esta sugestão também foi apresentada na oportunidade da Consulta Pública para revisão dos Procedimentos de Cessão de Contratos de E&P.</p> <p>Segundo o parágrafo único do artigo 29 da lei 9.478 a cessão e transferência ocorrem mediante a prévia e expressa autorização da ANP a qual se dá através da Resolução da Diretoria Colegiada.</p> <p>Nesse sentido o Termo de Cessão incluído no Manual da ANP publicado na página web da agência e que acompanha o requerimento do cedente estabelece que os efeitos da cessão terão eficácia e entrará em vigor após a aprovação pela ANP através da Resolução da Diretoria Colegiada.</p> <p>A assinatura de Termo Aditivo é formalidade cujo objeto é consolidar o contrato de concessão refletindo a nova composição do concessionário, mas, a cessão e transferência se materializam através do Termo de Cessão que passa a vigorar a partir da aprovação pela Diretoria Colegiada da ANP, tal como disposto na lei, no contrato de concessão e no próprio Termo de Cessão.</p> <p>De forma consistente o modelo de Termo de Cessão incluído no Manual da ANP inclui disposição específica estabelecendo que a cessão terá efeitos a partir da data de aprovação pela Diretoria Colegiada da ANP.</p>
Contrato	Exclusão	30.1, alíneas “f” e “g”		<p>Este comentário tem como propósito adequar o contrato à prática adotada pela ANP, em que existe o devido processo legal com a observância do contraditório e ampla defesa. Os eventos descritos nas Alíneas (f) e (g) são sujeitos a discussão e requerem provas. Desse modo, o contrato de concessão não poderia ser extinto de pleno direito, que foram excluídos e recolocados na Cláusula 30.4, de forma mais adequada.</p>

Contrato	Alteração	30.4	Este Contrato poderá ser resolvido, sem prejuízo do disposto na Cláusula 30.4.4 abaixo, nos seguintes casos:	<p>Vide comentário abaixo na proposta de cláusula 30.4.4.</p> <p>Ressalta-se que o contrato ‘ poderá’ ser resolvido, mas não necessariamente o será, usando como precedente o disposto no modelo de Contrato de Partilha de Produção na 1ª. Rodada (Libra), no qual existia a alternativa de aplicação de sanção como alternativa à inadimplência, a depender da gravidade e/ou histórico do concessionário/contratado inadimplente.</p>
Contrato	Inclusão	30.4, alíneas “c” e “d”	<p>c) reprovação do Plano de Desenvolvimento pela ANP;</p> <p>d) total ou parcialmente, pela recusa dos Consorciados em firmar o acordo de individualização da produção, após decisão da ANP; ou</p>	Tais eventos não necessariamente levam ao término do contrato de concessão, uma vez que outras alternativas e remédios contratuais podem ser aplicados.
Contrato	Inclusão	30.4.4	Esta Cláusula 30.4 não se aplica para os casos de inadimplemento em que há indenização em forma de multa ou execução de garantia.	Esta sugestão não se aplica apenas a hipótese de não cumprimento do PEM, mas a todas as demais obrigações contratuais. A aplicação de penalidade financeira cumulada com a rescisão do contrato importaria em dupla penalidade. Além disso, a compensação pecuniária já garante a satisfação do interesse público.
Contrato	Inclusão	30.5	A resolução deste Contrato, na forma do parágrafo 30.4, deverá ser precedida da verificação do inadimplemento absoluto do Contratado em processo administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa.	<p>Esta sugestão visa assegurar o devido processo administrativo prévio à extinção do contrato.</p> <p>A Cláusula proposta garante ao concessionário direito à ampla defesa e ao contraditório na eventualidade de resolução contratual. Considerando que tal previsão não é contrária a qualquer outra do contrato de concessão e está de acordo com a Constituição Federal, não há prejuízos em incluí-la no contrato</p>

				de concessão, além de conceder segurança jurídica ao investidor.
Contrato	Inclusão	30.6	Este Contrato não será extinto, e a ANP aplicará as sanções previstas na cláusula 29 acima quando:	Trata-se de hipóteses distintas daquelas previstas na cláusula 30.4. Esta proposta está alinhada com as Melhores Práticas da Indústria de Óleo e Gás, e uma previsão semelhante já havia sido incluída no contrato de partilha de produção de Libra.
Contrato	Inclusão	30.6.1	O descumprimento deste Contrato pela Concessionária não for grave, reiterado ou não revele dolo, grave imperícia ou imprudência contumazes;	Vide justificativa anterior
Contrato	Inclusão	30.6.2	Houver ação diligente em andamento no sentido de corrigir o descumprimento.	Vide justificativa anterior

Contrato	Exclusão	31.1.3		Não seria razoável que o Concessionário pague taxa de retenção de área, por exemplo, quando impossibilitado de explorar e/ou produzir na área por motivos alheios à sua vontade.
Contrato	Alteração	31.6	Desde que solicitado pelo Concessionário, o indeferimento em caráter definitivo pelo órgão ambiental competente de licenciamento essencial para a execução das atividades poderá ensejar a extinção contratual.	Vide comentário na cláusula 31.7 abaixo.
Contrato	Alteração	31.7	Para que o indeferimento do licenciamento ambiental possa ser enquadrado como caso fortuito, força maior e causas similares, ensejando eventual indenização ao Concessionário caberá a este comprovar que não contribuiu para o indeferimento do processo de licenciamento ambiental.	<p>A proposta do IBP está em consonância com as leis brasileiras e considera-se importante que seja refletida no contrato.</p> <p>O Estado não poderá se eximir da indenização ao Concessionário em razão da decisão de outro órgão público ou mesmo por ato da própria Agência, a exemplo do ocorrido no caso New Field x ANP, onde a impossibilidade de realizar atividade na área independe de vontade ou ação do Concessionário.</p>
Contrato	Alteração	31.8	O Concessionário assumirá, individual e exclusivamente, todas as suas perdas decorrentes da situação de caso fortuito, força maior ou causas similares.	<p>A proposta do IBP não exclui questões relacionadas à responsabilidade ambiental, a qual será objeto de discussão nas instancias apropriadas. Note-se inclusive que esta questão está endereçada na cláusula 2.2. do contrato.</p> <p>O Contrato já prevê, em consonância com a lei, hipóteses de exclusão de risco, razão pela qual estamos a fazer a presente ressalva em relação à assunção do próprio concessionário pelas suas perdas oriundas de caso fortuito e força maior.</p>

Minuta do contrato	Alteração	34.5	Após o procedimento previsto no parágrafo 34.2, caso uma das Partes ou um dos signatários considere que inexistem condições para uma solução amigável de disputa ou controvérsia a que se refere tal parágrafo, poderá submeter tal questão a arbitragem a ser administrada pela e sob o Regulamento de Arbitragem da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional – CCI em vigor nesta data e em consonância com os seguintes preceitos:	A definição da instituição arbitral que administrará a disputa é recomendável para evitar insegurança ou indefinição, o que pode, inclusive, dificultar o início da arbitragem e gerar litígio sobre o assunto. Neste sentido, recomenda-se a definição de uma instituição ilibada e competente como, por exemplo, a CCI ou a LCIA. Como já demonstrado pelo IBP nas Rodadas passadas, não identificamos qualquer impedimento à definição no contrato de uma instituição de arbitragem.
Minuta do contrato	Alteração	34.5, alínea “b”	A Parte que desejar iniciar a arbitragem deverá notificar a outra parte após o procedimento previsto no parágrafo 34.2 fixando o prazo de 15 dias corridos para a escolha da instituição arbitral por comum acordo.	Esta sugestão se aplica para hipótese de a ANP acatar a sugestão de definição de uma instituição de arbitragem, conforme sugestão acima.
Minuta do contrato	Alteração	36.5, alínea “c”	Apenas serão adotados procedimentos expeditos ou de árbitro único em caso de acordo expresso entre as partes.	Como a proposta do IBP é que seja definida no Contrato a instituição de arbitragem, a parte inicial desta cláusula torna-se inaplicável.

Minuta do contrato	Alteração	34.5, alínea “g”	No mérito, os árbitros decidirão com base nas leis substantivas brasileiras, levando em consideração as melhores práticas e os usos e costumes internacionais da indústria de petróleo.	A Lei do Petróleo - Lei 9.478/1997 – prevê a cláusula de arbitragem internacional como elemento essencial dos contratos de concessão. Como o critério de internacionalidade da arbitragem adotado pela Lei Brasileira de Arbitragem - Lei 9.307/1996 - é o da sede da arbitragem (são domésticas as arbitragens com sede no Brasil), é imperativo a utilização das melhores práticas e usos e costumes internacionais da indústria para conferir algum grau de internacionalidade ao procedimento, elemento fundamental aos investidores estrangeiros.
Minuta do contrato	Alteração	34.5, alínea “n”	O procedimento arbitral deverá observar o princípio da publicidade na medida determinada pela legislação aplicável. A confidencialidade dos dados objeto deste contrato e da arbitragem deve ser mantida na máxima extensão permitida pela legislação aplicável. A divulgação das informações não-confidenciais ficará a cargo da Parte que tiver o dever de divulgá-las.	Essa disposição pode ser inexecutável por impor à instituição administradora da arbitragem um ônus que provavelmente ela não poderá assumir, colocando em risco toda a eficácia da cláusula. Cada parte tem o dever de estar ciente de suas obrigações legais de publicidade e, portanto, deve ser responsável por cumpri-las.
Minuta do contrato	Exclusão	34.6.1		O IBP sugere a exclusão da cláusula uma vez que o conceito de “direitos patrimoniais disponíveis” é aberto e deve ser interpretado caso a caso. No entendimento do IBP não seria recomendável elenca-los no contrato. Cada parte terá oportunidade de defender sua posição perante o tribunal sobre disponibilidade ou não de algum direito (e consequentemente sobre a competência ou não do tribunal arbitral sobre a respectiva disputa). A lista de exemplos de direitos patrimoniais disponíveis pode gerar dúvidas sobre a competência do tribunal arbitral, que deve ser a mais ampla possível, nos termos da lei, para evitar insegurança jurídica.

Contrato	Inclusão	35.5	<p>Quitação das obrigações</p> <p>Ao término do Contrato de Concessão e após o cumprimento de todas as obrigações previstas neste Contrato, a ANP emitirá em favor de cada um dos Concessionários, no prazo máximo de ____ (____) dias, a contar do recebimento da solicitação por escrito pelos Concessionários, o respectivo Termo de Quitação, ressaltando-se aquelas obrigações previstas nas Cláusulas 21, 33 e nos demais dispositivos legais aplicáveis.</p>	<p>O IBP reitera a sua proposta dada a sua alta relevância e pleiteia que a ANP reconsidere sua posição anterior, e, por conseguinte, avalie uma forma de dar ao concessionário a quitação de suas obrigações.</p> <p>Tal medida visa a conferir maior segurança ao investidor que, após ter realizado vultosos investimentos e cumprido todas as obrigações previstas no Contrato de Concessão e demais Portarias da ANP aplicáveis, em especial na Portaria ANP nº 114, de 25 de julho de 2001, deseja receber da ANP Termo de Quitação pelo cumprimento das obrigações contratuais. A quitação é direito do devedor sempre que cumpre as suas obrigações. É instituto pacificamente protegido e garantido nos termos do Artigo 319 e seguintes do Código Civil Brasileiro. Ressalte-se que a quitação ora pretendida diz respeito tão somente às obrigações previstas no Contrato de Concessão, excluindo, portanto, aquelas advindas de outros deveres legais do Concessionário, em especial sua responsabilidade civil, administrativa e penal por danos ao Meio Ambiente, ou em desrespeito ao compromisso de Confidencialidade, previsto na Cláusula 33 do Contrato de Concessão, com previsão expressa de sobrevivência ao término do referido contrato.</p>
Contrato	Inclusão	35.6	<p>Equilíbrio Econômico-Financeiro</p> <p>Se a qualquer momento, após a assinatura do Contrato, advir situação extraordinária e imprevisível, nos termos do Artigo 478 do Código Civil, que afete de maneira adversa e excessiva o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato existente na Data de Entrada em Vigor, as Partes terão o direito à revisão e alteração do Contrato, visando a restabelecer o seu equilíbrio econômico-financeiro.</p>	<p>A proposta do IBP não está relacionada apenas as participações governamentais. Tal cláusula seria aplicável a quaisquer obrigações previstas no Contrato.</p> <p>Especificamente quanto às participações governamentais, vale considerar a Consulta Pública ANP nº 09/2018.</p> <p>Esse princípio já está incorporado em nosso ordenamento jurídico. Dessa forma, solicitamos que o mesmo seja colocado expressamente neste Contrato para o melhor esclarecimento e segurança dos direitos e obrigações das Partes. Certamente, a sua incorporação ao texto desta minuta consolidará</p>